

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Atos normativos
Decisões judiciais

Compilado do mês de fevereiro de 2021

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 111 DO TJPE, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021

TORNA PÚBLICO PROJETO DE LEI, PARA ABERTURA DO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, PARA EMENDAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 497, CAPUT, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 5 DO TJPE, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

RESTABELECE A FLUÊNCIA DOS PRAZOS PROCESSUAIS DOS FEITOS QUE TRAMITAM EM MEIO FÍSICO, A PARTIR DE 11.02.2021, E MANTEM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ATO CONJUNTO NO 42, DE 15.12.2020 (DJE, 17.12.2020).

ATO CONJUNTO Nº 6 DO TJPE, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

DETERMINAR A TODAS AS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º E 2º GRAUS, QUE UTILIZAM O SISTEMA PJE, PROCEDAM À CONTAGEM MANUAL DOS PRAZOS EM RAZÃO DO ATO N. 97, DE 01/02/2021 PUBLICADO NO DJE DE 02/02/2021, CERTIFICANDO-OS INDIVIDUALMENTE EM CADA PROCESSO.

ATO CONJUNTO Nº 7 DO TJPE, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

CONVOCA MAGISTRADOS E SERVIDORES DAS UNIDADES JUDICIAIS DO POLOS DE CUSTÓDIA ENVOLVIDOS NA ETAPA 2 DO CRONOGRAMA DE EXPANSÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE.

- Editais conjuntos

EDITAL CONJUNTO Nº 1 DO TJPE, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

CRENCIAMENTO DE MAGISTRADOS(AS) PARA ATUAÇÃO EM AÇÕES DO PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE, VINCULADO À CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

- Instruções normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DO TJPE, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA TJPE N. 06, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016, PARA FIXAR METAS DIFERENCIADAS PARA OS SERVIDORES COM ATUAÇÃO NOS NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO (NP) E NO NÚCLEO DE DIGITALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS (NDF).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DO TJPE, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

INSTITUI A EQUIPE DE TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA (ETIR) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Notas técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 1 DO TJPE, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES ELENCADOS NO ARTIGO 927 DO CPC E DOS ENUNCIADOS DE SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

- Ofícios circulares conjuntos

OFÍCIO CIRCULAR CONJUNTO Nº 17 DO TJPE, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

CADASTRO DE TODOS OS JUÍZES DO ESTADO NA PLATAFORMA E-NATJUS CNJ.

- Projetos de resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3 DO TJPE, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 267, DE 18 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISCIPLINA O PLANTÃO JUDICIÁRIO EM PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE JURISDIÇÃO, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO, PARA ALTERAR O HORÁRIO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DO PRIMEIRO DE JURISDIÇÃO.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 446 DO TJPE, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS, QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

RESOLUÇÃO Nº 447 DO TJPE, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 60, § 10, DA RESOLUÇÃO 410, DE 22 DE MAIO DE 2018, PARA PERMITIR A RECONDUÇÃO DOS DIRIGENTES DO NUPEMEC.

RESOLUÇÃO Nº 448 DO TJPE, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

INSTITUI A CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Provimentos

PROVIMENTO Nº 112 DO CNJ, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O PROVIMENTO NO 102/2020, QUE DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E PARÂMETROS PARA A IMPLANTAÇÃO, UTILIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NAS CORREGEDORIAS (PJE COR).

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 370 DO CNJ, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

ESTABELECE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (ENTIC-JUD).

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 50.187 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 50.258 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 50.309 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.



Decisões judiciais

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Alienação fiduciária

Notificação frustrada pelo motivo “ausente” não constitui em mora o devedor fiduciante.

- Benefícios previdenciários

Neto absolutamente incapaz que esteve sob guarda do avô tem direito à pensão por morte do tipo vitalícia.

- Contratos de locação

Em locação anterior a 2009, fiador só continua obrigado por 60 dias após notificar exoneração.

- Contratos de plano de saúde

Plano de saúde não pode limitar sessões de terapia ocupacional.

- Contratos de seguro

Após perícia do IML, juiz pode fixar indenização do DPVAT em valor superior ao pedido.

- Controle de constitucionalidade

STF autoriza importação de vacinas sem registro na Anvisa.

STF invalida lei que suspendeu pagamento de consignado na pandemia.

- Direitos autorais

Ação por direito moral do autor deve ser ajuizada em 3 anos.

- Honorários advocatícios

Contrato de serviços advocatícios não pode estipular penalidade para rompimento unilateral.

- Negócio jurídico processual

Negócio jurídico processual não pode dispor sobre ato regido por norma de ordem pública.

- Penhorabilidade do bem de família

Bem de família oferecido como caução em contrato de aluguel é impenhorável.

- Prescrição

Ação para cobrar parcelas de consignado em folha prescreve em 5 anos.

- Questões processuais

Juiz não pode criar restrição não prevista em lei sobre inclusão em cadastro negativo.

- Responsabilidade civil

Violação de direitos individuais homogêneos não gera dano moral coletivo, diz STJ.

Pela perda da chance, advogado que entrou com embargos fora do prazo é condenado a indenizar cliente.

- Títulos de crédito

Linha de crédito recebida por cooperativa junto ao BNDES é impenhorável, diz STJ.